## CONTRIBUIÇÕES DAS IES DE PORTO ALEGRE À FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A INSERÇÃO NO SUAS A PARTIR DA INTEGRALIDADE

A proposta de pesquisa intenciona analisar como as Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre contribuem para uma formação em nível de graduação que contemple a inserção qualificada de profissionais do Serviço Social e da Psicologia, requisitados pela Política de Assistência Social a partir da integralidade exigida pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com vistas a contribuir com subsídios para a qualificação dos processos de formação no âmbito da graduação. Essas duas profissões foram elencadas como foco desta pesquisa, pois o Serviço Social e a Psicologia possuem uma inserção consolidada na Assistência Social, além de serem exigidas legalmente por essa política. A metodologia fundamenta-se no método dialético-crítico, pautada pela abordagem quanti-qualitativa. Pretende-se realizar análises documentais das grades curriculares das diversas Unidades de Ensino de Porto Alegre, assim como uma coleta através de questionário on line junto às mesmas, complementada por coleta direta, a partir de entrevistas e grupos focais com gestores, professores e alunos das duas áreas, selecionados a partir de uma amostra intencional para aprofundamento de alguns dados. Destacam-se como resultados parciais nas produções cadastradas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES a presença das palavras-chave (Política de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social) em 129 dissertações, 39 teses e 05 profissionalizantes. E, no recorte de pesquisa realizado, via levantamento bibliográfico junto à revista Textos & Contextos (periódico da área) da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, identificou-se as palavraschave em 08 artigos, considerando um total de 184 artigos. Diante disso, pode-se inferir que ainda há uma escassez de publicações referente à temática estudada, pelo recente reconhecimento legal desta política enquanto direito social (Constituição Federal/1988) e sua regulamentação (Lei Orgânica de Assistência Social/1993 e Política Nacional de Assistência Social/2004), bem como pelo SUAS ainda não ser lei (projeto de lei em tramitação no senado).